

# Revolta dos cruzadores (1906): importância, motivações e protagonistas \*

Catarina Azevedo Silva

## Introdução

---

A Revolta dos Cruzadores, protagonizada pelas guarnições dos cruzadores *D. Carlos I* e *Vasco da Gama*, em abril de 1906, constitui um dos acontecimentos mais relevantes da história da marinha portuguesa e um dos mais marcantes dos últimos anos da monarquia. Este episódio refletiu a crise interna vivida no seio das forças

armadas e evidenciou a crescente instabilidade política e social então sentida em Portugal.

Não obstante a importância histórica, este evento tem sido pouco estudado e continua a carecer de uma análise aprofundada. Neste contexto, surge o presente estudo,

enquadrável no domínio da micro-história, dado que as metodologias adotadas permitem examinar uma temática muito específica, exigindo uma análise rigorosa e minuciosa de fontes primárias. A escassez de trabalhos historiográficos a si endereçados, torna o recurso a periódicos de época, diários de bordo, processo judiciais, entre outras fontes documentais, fundamental para esta investigação.

Propõe-se realizar uma leitura pormenorizada da importância destas insurreições e compreender, na sua

plenitude, os impactos num período em que a crise nacional se fazia sentir a todos os níveis. Pretende-se ainda discernir as verdadeiras motivações destes marinheiros de baixa condição social, indo além das causas superficiais frequentemente associadas. Por fim, serão analisados cinco protagonistas da revolta ocorrida a bordo do cruzador *D. Carlos I*. Neste ponto residem algumas das maiores dificuldades desta investigação, a tentativa de traçar uma biografia coletiva dos insubordinados, sem descurar a individualidade de cada um, tarefa complexa devido à escassez de informação sobre marinheiros de escalões inferiores.

## Estado da questão

A realização do presente estado da questão tem como objetivo apresentar e analisar a produção científica e historiográfica relacionada com o tema em estudo. Embora a Revolta dos Cruzadores não tenha sido alvo de uma investigação profunda, o episódio foi abordado principalmente por autores coevos à ocorrência, destacando-se o caso de Francisco Rocha Martins, no livro *João Franco e o seu tempo*. Nesta obra, o autor descreveu os acontecimentos e associou-os à instabilidade política do governo, à difusão dos ideais republicanos e às intenções das redes carbonárias, culminando na ascensão de João Franco ao poder.<sup>[1]</sup>

A única investigação de carácter historiográfico identificada até ao momento surge no contexto de um colóquio dedicado à História Militar, realizado em 2008, centrado no reinado de D. Carlos I. Através das atas deste encontro académico, é possível consultar o artigo intitulado «A Revolta do Cruzador “D. Carlos I” (1906) Uma Marinha republicana?» de autoria do Primeiro Tenente-Mestre Carlos Manuel Batista Valentim. O autor centrou a sua investigação na importância deste navio para a Armada e na eventual ligação deste evento ao ideário republicano, salientando a relação histórica entre o republicanismo e a Marinha.<sup>[2]</sup> Apesar de representar um contributo científico importante, esta investigação deixou ainda várias lacunas, as quais se procuram colmatar através do presente estudo.

A pertinência da presente investigação assenta na compreensão plena da importância e dos impactos que estas insubordinações tiveram na época, bem como os seus efeitos retroativos. Pretende-se, além disso, dar voz aos seus protagonistas e refletir sobre as respetivas intenções. Até hoje, permanece desconhecida a totalidade das repercussões deste episódio.

### 1. Panorama político-social nacional e internacional

Os anos de 1905 e 1906 ficaram marcados por uma vaga de revoluções a nível europeu, inaugurando um período de transformações políticas que, ao longo do século XX, se difundiram à escala global e acabaram por se refletir no território português. Entre estas convulsões, a mais significativa, segundo a historiografia, foi impulsionada pelo episódio do “Domingo Sangrento”,<sup>[3]</sup> uma consequência do desastre militar na guerra russo-japonesa. Este acontecimento é normalmente considerado como o primeiro notável abalo do czarismo,<sup>[4]</sup> e é aludido como prenúncio da Revolução de Outubro de 1917.<sup>[5]</sup> De certo modo, pode relacionar-se este acontecimento com a Revolta dos Cruzadores, dado que a sua influência na Proclamação da Primeira República Portuguesa permanece, atualmente, motivo de debate.

Perante um panorama internacional marcado pelo espírito revolucionário, Portugal acabou por ser arrastado, sendo contaminado pelo “vírus endémico” em propagação pela Europa. Instalou-se no território nacional um ambiente de contestação no decurso dos anos de paz armada, evidente desde o início da década de 90 do século XIX. A insurreição da Armada, em abril de 1906, anunciou que Portugal, até então distante face à dinâmica europeia, passou a alinhar-se com a tendência revolucionária, o que veio a intensificar a crise da monarquia, num contexto de instabilidade política interna.

Desde o início da última década do século XIX, na esteira do fiasco do “Mapa cor-de-rosa”<sup>[6]</sup> na Conferência de Berlim,<sup>[7]</sup> Portugal encontrava-se mergulhado numa crise a nível económico, político e social, situação agudizada na década inicial do século XX. A insatisfação difusa face ao regime vigente, a monarquia constitucional, tornou-se palpável. A situação favoreceu a expansão das ideias republicanas, principalmente entre

a pequena e a média burguesia.[8]

No ano da Revolta dos Cruzadores, a política portuguesa atravessava uma fase de perturbação e transição política. Os dois partidos basilares do rotativismo – o Partido Progressista e o Partido Regenerador – enfrentavam sérios problemas internos, deixando de existir uma realidade bipartidária parlamentar. Surgiram cisões em ambos os partidos, a Dissidência Progressista e o partido Regenerador-Liberal. Em março de 1906, caiu o governo progressista liderado por José Luciano de Castro, e dois meses depois, o governo regenerador de Hintze Ribeiro era afastado.

A estratégia adotada pelo rei D. Carlos I para tentar solucionar esta questão foi a nomeação, a 19 de maio de 1906, de João Franco – o líder e fundador do Partido Regenerador-Liberal, resultante de uma cisão do Partido Regenerador – como novo chefe de governo, inicialmente em coligação com o Partido Progressista. Neste período, começaram a surgir alianças políticas “pela negativa”, ou seja, os partidos que aparentemente defendiam valores distintos, uniram-se contra um inimigo comum.[9]

Concluindo, no panorama internacional destacava-se a tendência revolucionária à qual Portugal parecia alheado devido ao atraso acumulado ao longo das décadas; acabou por aderir, de certa forma a esta tendência revolucionária, parcialmente sintomática da modernidade.[10] Esta insubordinação abalou a monarquia constitucional, já fragilizada devido aos problemas internos que atravessava, e que conferiram um certo alento aos republicanos.[11]

## **2. Revolta dos Cruzadores D. Carlos I e Vasco da Gama**

### **2.1 A revolta dos marinheiros de 1906**

No dia 8 de abril de 1906, um mês antes da nomeação de João Franco como chefe de governo, ocorreu uma insubordinação da guarnição do cruzador *D. Carlos I*,[12] enquanto este se encontrava ancorado no rio Tejo, caracterizada por uma revolta de marinheiros.[13] O episódio ficou registada no diário de bordo como um momento de exaltação entre a tripulação que, num primeiro momento, se recusou a acalmar naquele princípio de noite, chegando mesmo a expulsar o oficial de serviço, o Tenente Marinho, do navio.[14] No entanto, o mesmo registo refere que, perto da meia noite, grande parte dos revoltosos já se havia recolhido e a noite prosseguiu tranquilamente.[15]

A revolta dos marinheiros comprometeu os princípios fundamentais das forças militares, nomeadamente a disciplina e obediência minuciosa, o respeito pelos

superiores e pelas ordens; acima de tudo, a defesa permanente do governo vigente. Desde a segunda metade do século XIX – sobretudo no tempo de Fontes Pereira de Melo –, as instituições militares afastaram-se e foram excluídas dos processos decisivos, orientando a lealdade para a proteção da monarquia e do rei.[16]

No entanto, importa contextualizar este evento, situando-o num período em que a Marinha, tal como o Exército, enfrentavam diversas dificuldades, na maioria relacionadas com a dimensão do império marítimo português. No caso do Exército, verificava-se a incapacidade de controlar plenamente o território transcontinental, coexistindo um Exército metropolitano e um Exército Colonial, ambos independentes, com armamento próprio e formação distintas.[17] No contexto da Marinha, houve tentativas de ultrapassar estes obstáculos através de iniciativas da Liga Naval Portuguesa, contudo, num contexto político-social nacional marcado pela instabilidade, a Marinha enquanto instituição debatia-se com a crise.[18]

A revolta ocorrida num dos cruzadores de maior importância da Armada constituiu um exemplo claro da instabilidade e do descontentamento vividos, principalmente, entre as camadas mais baixas da Marinha. Atualmente, não se conhecem em toda a plenitude os impactos deste acontecimento no seio da instituição naval e na própria monarquia constitucional; contudo, representou uma das ocorrências mais significativas dos últimos anos do reinado de D. Carlos I.[19]

Na sequência dos acontecimentos ocorridos a bordo do cruzador, as altas patentes da Marinha reuniram-se no Arsenal, enquanto o contra-almirante Moraes e Sousa foi destacado para embarcar, com o objetivo de apurar os fatores determinantes da revolta. O relatório desse oficial registou as queixas apresentadas pelos revoltosos contra o comandante e o imediato, ambos ausentes aquando dos incidentes. A guarnição justificava a insurreição com a excessiva severidade na imposição das regras pelo comandante do navio, Vasco Carvalho, exigindo a substituição imediata do mesmo.[20] Contestava, ainda, a redução do tempo e da frequência das saídas e permanências em terra.[21]

Apesar da guarnição se mostrar mais pacífica, tal não impediu a eclosão de um novo motim no dia seguinte. Uma situação complicada agravou-se ainda com o discurso do comandante dirigido à tripulação. Esta ocorrência levou o Arsenal a decidir colocar o cruzador *D. Carlos I* em meio armamento, acompanhando essa medida com a ordem de recolha da guarnição ao quartel.[22]

O dia 10 de abril ficou marcado pelo avanço das três embarcações – *Lisbonense*, *Isaura* e *Operário* (este último um rebocador) – em direção ao cruzador *D. Carlos I*. O objetivo era transportar os insubordinados para o quartel localizado em Alcântara, porém, ao avistarem as embarcações, os marinheiros fecharam o cruzador, forçando-os a desviar a rota, enquanto mantinham a exigência de substituição do imediato e do comandante.[23] Neste cenário de indisciplina generalizada, o vice-almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, reconhecido pela competência militar, subiu a bordo e, através de um discurso firme, assumiu o controlo da situação. A guarnição acabou por se render e o vice-almirante retirou-se para terra,[24] de onde supervisionou o desembarque dos 326 praças, transportados para o quartel em Alcântara, onde foram reunidos e, após uma avaliação, 284 foram dispensados e puderam voltar para casa. No dia 11 de abril, o comandante Vasco Carvalho regressou ao navio, reassumiu a posição de chefia e a revolta foi considerada atenuada. [25]



OS MARINHEIROS DESEMBARCADOS DO CRUZADOR «D. CARLOS I» NO ENTREPOSTO DE ALCÂNTARA (Instantâneos do sr. Benoliel)

Joshua Benoliel, *Momento da aproximação, dos marinheiros desembarcados do cruzador «D. Carlos I», ao quartel localizado em Alcântara (1906). Publicado em O ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, 10 de abril de 1906.*

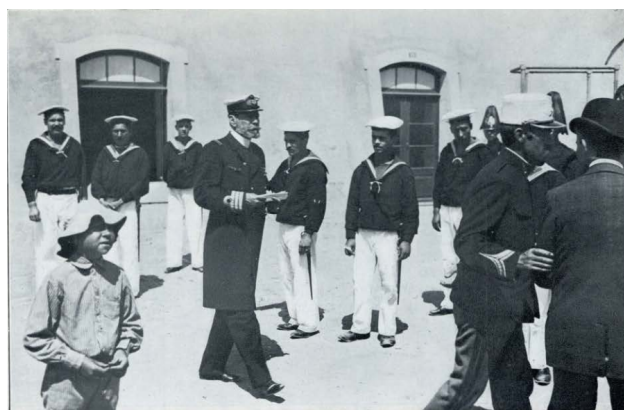
• • • •

Num primeiro momento, este pareceu um evento isolado, sem apoio ou influência externa; todavia, cedo se percebeu que poderia inscrever-se numa dinâmica maior.[26] Apenas dois dias após a neutralização dos revoltosos do cruzador *D. Carlos I*, registou-se um movimento semelhante, a bordo do cruzador *Vasco da Gama* e da canhoneira *Tejo*. A insubordinação no *Vasco da Gama*[27] surgiu como consequência direta da primeira rebelião. Este motim, ocorrido entre os dias 13 e 14 de abril de 1906 – apenas cinco dias após a revolta de 8 de abril[28] – foi desencadeado pela guarnição do navio

como demonstração de solidariedade aos companheiros do maior cruzador da Armada, entretanto sujeitos a castigos.[29]

Segundo o relato do comandante da divisão aos superiores, presentes no Arsenal, o motim teve início por volta da meia-noite. A guarnição quebrou o recolher obrigatório e repetiu sem cessar “Não atraca! Não atraca! Queremos a liberdade dos nossos camaradas”,[30] exigindo o retorno dos colegas amotinados ao cruzador *D. Carlos I* e reivindicando o perdão. No entanto, não só não conseguiram evitar o julgamento dos companheiros, como também os líderes da insubordinação foram obrigados a recolher ao quartel e, posteriormente, sentenciados pelo Conselho de Guerra.[31]

Comparativamente à rebelião anterior, esta revelou-se consideravelmente menos expressiva, quer pelo número de praças participantes, quer pelo impacto e gravidade, tendo sido facilmente controlada. No entanto, a importância desta não residiu na ocorrência em si, antes na perceção de se tratar de um movimento organizado, e não de um incidente isolado. Tal circunstância alarmou tanto as altas patentes da Marinha como o próprio governo, chegando mesmo a pôr em causa a segurança da monarquia.



Joshua Benoliel, *Chegada do presidente do conselho de guerra, João Boto, ao julgamento dos revoltosos no forte de S. Julião da Barra (1906). Publicado em Arquivo Gráfico da vida portuguesa, 1903-1918.*

• • • •

Segundo o jornal *O Commercio do Porto*, o dia 18 de abril de 1906 ficou marcado pela transferência dos insubordinados do *Vasco da Gama* e do *D. Carlos I*, do quartel para os fortes de Caxias e São Julião da Barra, onde aguardariam julgamento. Os prisioneiros chegavam algemados e alguns demonstravam uma tristeza visível. Os 164 praças do cruzador *Vasco da Gama* foram entregues a uma força de infantaria, que os escoltou até à

estação da Cruz Quebrada, seguindo depois para o forte de Caxias. Já a guarnição do *D. Carlos I* foi transportada em comboio, entre Alcântara e Oeiras, dirigindo-se em seguida para o forte de São Julião da Barra, onde permaneceu detida até ao julgamento.<sup>[32]</sup> Os líderes da revolta foram condenados a penas de prisão ou sujeitos a degredo, enquanto as famílias foram despojadas de bens, apenas recebendo perdão já durante o reinado de D. Manuel II, o qual procurou medidas de conciliação.<sup>[33]</sup>

## 2.2 A revolta dos marinheiros de 1906: importância e impactos

A importância deste evento ficou evidenciada pela ampla cobertura recebida na imprensa periódica, num contexto em que este era o principal veículo de informação, atestável pela importância e impacto. Durante os séculos XIX e XX, a imprensa constituiu a primordial fonte de informação, tanto a nível nacional como internacional. Todavia, só começou a atingir um público mais vasto com o surgimento da imprensa ilustrada. O analfabetismo era uma realidade europeia, mas em Portugal assumia proporções particularmente elevadas, em 1900, registou-se que 78,6% da população nacional era iletrada.<sup>[34]</sup> Isto é, a forma como a população de condição social mais baixa tomava conhecimento dos acontecimentos fazia-se essencialmente por duas vias: através das imagens que acompanhavam as notícias na imprensa periódica ou por meio da leitura em voz alta dos jornais nas tabernas.<sup>[35]</sup> Num período em que a imprensa se caracterizava pela parcialidade e, por vezes, orientação partidária – como era o caso do *Diário Ilustrado*, alinhado com o Partido Regenerador Liberal, ou do *Vanguarda*, associado ao Partido Republicano –, os jornais interpretaram esta ocorrência de formas distintas. As publicações de tendência monárquica, em particular, condenaram a insubordinação, considerando-a um episódio lamentável por partir de uma força armada cuja função era proteger e preservar o governo vigente. Ainda assim, todas demonstraram uma profunda apreensão, reconhecendo neste acontecimento um sintoma evidente de desequilíbrio, descontentamento e instabilidade no seio da monarquia.<sup>[36]</sup> Ou conforme as apreciações do *Diário Ilustrado*:

A insubordinação do *D. Carlos I*, os episódios a que ella deu lugar, o modo como se procedeu, e agora esta insubordinação a seguir, são symptomas de veras desoladores, e quem nos facto attente, quem n'elles reflectir, não pode deixar de sentir uma dolorosa contracção de coração, pensando que esta bella raça de fortes, este bello paiz de heroes, é hoje um pai que se desfaz, uma sociedade que se dissolve, uma collectividade que perdeu a noção do que foi, e loucamente se desinteressa do que virá a ser.<sup>[37]</sup>

Esta sucessão de acontecimento suscitou entre os redatores dos periódicos uma reflexão crítica, levando-os a interpretar o motim como um sinal alarmante, tanto da fragilidade interna da Marinha como da própria monarquia constitucional.<sup>[38]</sup> A 17 de abril de 1906, grande parte dos jornais publicou uma nota da redação a esclarecer que, a pedido do executivo, os periódicos ficavam interditos de fornecer mais informações sobre as insubordinações. Este facto constituía um indício de que tais eventos afetaram a imagem e a parca estabilidade do governo, levando a monarquia, consciente de ter sofrido um grande abalo na Armada, a tentar conter o mediatismo em torno do episódio e a minimizar a projeção pública.<sup>[39]</sup> A tentativa de censura do governo presidido por Hintze Ribeiro resultou numa crítica generalizada da imprensa, que condenou severamente a decisão, entendida como um ataque pleno à liberdade de expressão. Em consequência, os periódicos foram impedidos de relatar os acontecimentos de forma fiel e completa, o que contribuiu para a difusão de boatos desproporcionais.<sup>[40]</sup>

Este evento teve um impacto significativo a nível político, pois ditou o afastamento de Hintze Ribeiro e a consequente queda do governo regenerador; por extensão, evidenciava a debilidade do rei D. Carlos I e da própria monarquia constitucional. A demissão de Hintze Ribeiro, considerado por muitos como um político «mais monárquico que o próprio rei», ocasionou o colapso de um dos maiores sustentáculos da monarquia. No mês seguinte, D. Carlos I nomeou João Franco como novo chefe de governo, que, como «ditador»<sup>[41]</sup>, procurou restabelecer a ordem de forma severa e repressiva. Contudo, esta postura exponenciou a violência das forças armadas e contribuiu para a disseminação das ideias republicanas.<sup>[42]</sup>

O Partido Republicano soube aproveitar o contexto de instabilidade política da monarquia constitucional para ampliar a popularidade respetiva e dilatar a base de apoiantes, principalmente entre as camadas mais desfavorecidas da população, marcadas pelo descontentamento e carência. Através de propaganda e de um discurso oportunamente ajustado à realidade nacional, os republicanos souberam explorar e utilizar como combustível o crescente mal-estar social, económico e político. Um dos temas recorrentes estava diretamente relacionado com os adiantamentos à Casa Real, embora não refletissem uma opulência expressiva por parte da família real, o luxo contrastava com a situação de pobreza de grande parte da população portuguesa, um retrato de um país profundamente desigual.

Se a situação política já se revelava complexa em 1906, piorou significativamente com a decisão de D. Carlos I

escolher João Franco para o cargo de chefe de governo. Franco, em maio de 1907, dissolveu a Câmara dos Deputados, um ato que contribuiu para o fim da monarquia portuguesa e acelerou a degradação dos alicerces do regime. As ações autoritárias do novel presidente do ministério agravaram o descontentamento geral da população que se sentia oprimida e cada vez mais empobrecida. Por seu turno, a decisão régia projetava D. Carlos I como promotor da ditadura, motivação subjacente ao Regicídio, ocorrido a 1 de fevereiro de 1908. O magnicídio apreciava-se como um prenúncio da mudança de regime,<sup>[43]</sup> o qual subsistia em torno do jovem infante D. Manuel, aclamado como D. Manuel II. Porém, a sua juventude e falta de experiência e preparação, aliada aos momentos turbulentos que o país atravessava, ditaram um reinado curto e conturbado.<sup>[44]</sup>

Em síntese, a insubordinação dos cruzadores teve uma ampla cobertura mediática, tanto por revistas ilustradas como por jornais diários. Na época, sentiu-se a necessidade de acompanhar este incidente, sendo possível observar, o receio das consequências destes acontecimentos através dos periódicos monárquicos, o que demonstra a sua importância. Este episódio obteve repercussões significativas no panorama político, o governo de Hintze de Ribeiro acabou por cair, os progressistas mostravam-se particularmente predispostos a contestar a figura do rei e as ideias republicanas tornaram-se mais populares entre a população portuguesa. A posterior chegada ao governo de João Franco protagonizou uma mudança da estrutura política nacional.

### 3 Os protagonistas e suas intenções

#### 3.1 Ideias republicanas na Marinha?

Será que podemos considerar que a Marinha, nesta época, era republicana e que este acontecimento refletia essa orientação política? Em primeiro lugar, importa compreender que, entre as forças militares, a Marinha foi a que mais rápida e efetivamente acolheu as ideias republicanas, difundidas entre os marinheiros embarcados e quantos se encontravam recolhidos no quartel. Este fenómeno poderá ser explicado pela vida de união presenciada pela guarnição embarcada, isto é, num ambiente fechado e isolado do exterior, os ideais tendem a propagar-se com maior facilidade.<sup>[45]</sup>

Outra explicação para esta particularidade reside no facto de, à época, a Marinha integrar oficiais que, na sua larga maioria, provinham de famílias de classe média urbana e sem tradição militar, ao contrário do que se observava no exército. Tal realidade resultava, por um lado, numa crescente incapacidade para cumprir

eficazmente as funções ligadas ao domínio marítimo, a esta instituição tradicionalmente atribuídas, e, por outro, na presença de oficiais com maior nível de instrução e uma consciência política tendencialmente liberal.<sup>[46]</sup> Por fim, a propaganda republicana foi particularmente bem acolhida na Marinha devido a fatores de ordem geográfica, já que a capital portuguesa, onde se localizava o quartel dos marinheiros, constituía um dos centros urbanos mais ativos de difusão das ideias republicanas.<sup>[47]</sup>

Atualmente, cogita-se sobre a possibilidade de a Revolta dos Cruzadores de 1906 assinalar o desabrochar de uma célula revolucionária no interior da armada, revelando que a essência republicana, facilmente propagada nos aglomerados urbanos e com particular incidência na capital, acabaria por apresentar repercussões nas forças armadas. Nesta insubordinação, destacou-se o papel crucial dos praças, contudo, estes não dispunham de um plano estruturado nem de objetivos previamente definidos, faltando um chefe competente para liderar a revolta, o que facilitou a neutralização do movimento. Apesar da rápida repressão, o descontentamento continuou a imperar dentro da Marinha.<sup>[48]</sup>

De acordo com as fontes analisadas, grande parte da guarnição revoltada do cruzador *D. Carlos I*, incluindo os líderes, estaria associada à carbonária.<sup>[49]</sup> A hipótese de uma ligação entre a Carbonária Portuguesa<sup>[50]</sup> e esta insubordinação ganhava consistência ao observar-se que muitos dos marinheiros insubordinados pertenciam a uma associação denominada União Naval. Esta organização, descrita por Rocha Martins como de natureza maçónica e simpatizante das ideias do Partido Republicano, poderia ser na realidade um grupo secreto que, possivelmente, alinhava-se com a luta republicana contra o regime monárquico. Embora esta agremiação não contasse com membros em comando superior ou de chefia, não significava que não ambicionasse promover uma revolução no seio da Marinha Portuguesa.<sup>[51]</sup>

A partir da revolta a bordo do cruzador *D. Carlos I* e, sobretudo, após 1907, instalou-se um claro ambiente de conspiração entre os membros da Armada, como se comprovava no relatório de Machado Santos sobre a Revolução de 5 de outubro de 1910. Em 1908, estimava-se que cerca de trinta oficiais pertenciam à Carbonária Portuguesa, número que viria a aumentar progressivamente até incluir a maioria dos praças e sargentos. Nas vésperas da instauração da República, verificou-se uma presença significativa desta organização secreta em todos os escalões da Marinha. O envolvimento desta força armada na instauração da República foi, assim, direto e determinante, destacando-se a figura do segundo-tenente Machado dos Santos<sup>[52]</sup>. Para além deste exemplo emblemático, os cruzadores

fundeados no rio Tejo e os marinheiros dos presentes no quartel da Marinha desempenharam igualmente um papel fundamental no desenrolar dos acontecimentos.[53]

Não obstante o facto de muitos membros da Armada se identificarem com as ideias republicanas, tal não refletia o panorama na plenitude. Neste período, coexistiam oficiais profundamente comprometidos com o governo vigente e leais à figura do rei, monárquicos convictos que associavam o republicanismo ao incremento da desobediência dentro das fileiras. Entre estes, destacava-se o vice-almirante Ferreira do Amaral, figura de reconhecido prestígio na Marinha Portuguesa, que desempenhou um papel determinante na neutralização da revolta do cruzador *D. Carlos I*. O descontentamento manifestava-se sobretudo entre os escalões inferiores, composto por indivíduos que sentiam de forma mais direta as consequências da crise política, social e económica que o país atravessava.[54]

Em suma, não seria correto afirmar que a Marinha Portuguesa fosse inteiramente republicana durante a primeira década do século XX. Contudo, era evidente um crescente desejo de mudança a nível político e social de uma fração significativa dos integrantes. A insubordinação de 1906 poderia ser interpretada como o primeiro indício visível desse descontentamento, que, gradualmente, se intensificou e adquiriu uma dimensão mais profunda, culminando no fatídico dia 5 de outubro de 1910, data que colocou um ponto final a um longo ciclo monárquico em Portugal.[55]

### 3.2 Motivações dos insubordinados e protagonistas

De acordo com a imprensa da época, das centenas de marinheiros obrigados a recolher-se no quartel, apenas os líderes e insubordinados considerados mais devotos foram punidos. Contudo, dado que representavam um número largo de indivíduos, optei por centrar a presente análise em apenas cinco amotinados, cujas penas e percursos distintos apresentados adiante.

As penas aplicadas e a duração das sentenças variaram conforme a gravidade das ações praticadas. As punições mais comuns consistiam em pena de reclusão – a sanção mais severa prevista no sistema judicial militar, cumprida em prisão de alta segurança – e no presídio militar, com possibilidade de degredo. A pena mais pesada foi atribuída a Manuel Martins Ribeiro, condenado a vinte anos de reclusão.[56]

O facto de os marinheiros considerados pelo Conselho de Guerra como líderes da revolta terem sido sentenciados a uma das penas mais severas do sistema penal revelava a posição defensiva adotada pelo governo

face ao motim. Esta severidade punitiva sugeria a reconhecimento da importância destas revoltas e a preocupação significativa de que este motim fizesse parte de algo maior.[57]

As intenções destes homens pareciam limitar-se a uma insatisfação relacionada com as condições de trabalho, algo essencialmente corporativo. Todavia, existiam indícios de que este era sintoma de algo mais profundo. Como já referi anteriormente, ponderava-se a grande adesão da maioria dos réus à Carbonária Portuguesa, e por consequência indiciava a simpatia nutrida pelo republicanismo.[58] Todavia, esse sentimento poderia ter sido agravado pelas precárias condições de saneamento do cruzador e pelo facto do navio necessitar de grandes obras de manutenção devido ao estado de degradação. Por carta endereçada ao Comandante da Divisão Naval de Reserva, redigida pelo comandante do navio, Vasco de Carvalho, observavam-se as intervenções constantes realizadas pelo subscritor para assegurar condições adequadas à guarnição.[59] A 6 de abril de 1906, na véspera da revolta, a Secretaria da Inspeção do Arsenal da Marinha dava conta das inúmeras reparações urgentes necessárias ao cruzador *D. Carlos I* necessitava, entre as quais, a necessidade de pintura e a reparação das casas de banho, então fora de serviço.[60]

O processo judicial produzido no âmbito do julgamento dos insubordinados do cruzador *D. Carlos I* propicia informações sobre os cargos, o ano de ingresso na Armada, o número de licenças concedidas até 1906, e por fim, a sentença dos marinheiros. [61] Embora a concessão reduzida de licenças não constituísse o motivo principal do motim, também esse fundamento era alegado pelos amotinados – o livro de matrículas dos marinheiros em questão comprovava o número limitado e a curta duração das mesmas.[62]

#### 3.2.1 Albano de Oliveira

Adotando uma sequência alfabética e selecionando cinco insubordinados do cruzador *D. Carlos I* — a guarnição que preconizou a revolta de maior expressão, enquanto a do *Vasco da Gama* terá agido em solidariedade, e não por descontentamento próprio, inicia-se a análise pelo ex-aluno da Escola de Marinheiros de Bordo e, desde 1903, segundo-marinheiro, Albano de Oliveira, natural de Lagos, no Algarve, portador do número de matrícula 3665. Ingressou na Armada em 21 de julho de 1900 e contava vinte e quatro anos quando, na sequência da insubordinação do cruzador *D. Carlos I* em 8 de abril de 1906, foi julgado e declarado culpado pelo Conselho de Guerra.[63]

Durante o período em que integrou a Armada, usufruiu de oito dias de licença no princípio de 1906. Esteve

destacado duas vezes no espaço colonial, em Moçambique, onde permaneceu durante dois anos, e em Macau, durante um ano e meio. Integrou ainda a guarnição dos cruzadores *S. Gabriel*, *Adamastor* e *Vasco da Gama*. Desde 4 de setembro de 1905, encontrava-se a bordo do maior cruzador da Marinha Portuguesa, abandonando-o apenas após o recolher obrigatório ao quartel, em consequência da revolta ocorrida a bordo, em abril de 1906. Volvidos oito dias, foi transferido, com os restantes companheiros insubordinados, para a prisão de São Julião da Barra, onde aguardou o julgamento. No dia 5 de agosto do mesmo ano, foi novamente chamado ao Conselho de Guerra para responder pelo crime de “revolta”, sendo condenado a doze anos de pena de reclusão. Contudo, o desempenho respetivo não correspondia ao perfil de desobediência, à exceção de um castigo atribuído por desordem.[64]

No decurso do interrogatório, Albano relatou os acontecimentos do dia 8 de abril de 1906. Esclareceu ser o patrão do quarto escaler,[65] por essa razão, o dia fora atarefado a transportar indivíduos por entradas e saídas do navio. Finda a atividade, deslocava-se a terra com intuito de ir buscar o jantar para a guarnição e, aquando do regresso, a revolta já se encontrava em curso. Descreveu ter ouvido vozes altas e exaltadas, motivo de curiosidade. Ao chegar ao local do motim, foi-lhe solicitada a realização de mais uma viagem a terra, desta vez, para levar o tenente Marinho, o oficial de serviço nessa noite. Nesse facto residia a importância de mencionar este marinheiro, a saber, tratava-se de efetivar a expulsão do oficial do navio. Por fim, questionado sobre quem o responsável pela insubordinação, afirmou não ter resposta.[66]

### 3.2.2 Alexandre Simões dos Santos

O segundo protagonista a ser apresentado é o réu Alexandre Simões dos Santos. Mecânico, foi promovido a 2.º grumete em 1904. Nasceu na cidade do Porto e ingressou nas forças marítimas a 22 de junho de 1903, tendo-lhe sido atribuído o número de matrícula 7196. Durante os quase três anos de serviço não teve direito a nenhuma licença.[67] O tempo de serviço foi repartido entre o quartel, onde permaneceu até ingressar na escola de Torpedos, em 1904. No ano seguinte, integrou a guarnição do cruzador *D. Carlos I*, onde se manteve em missão até ser recolocado no quartel dos marinheiros, na sequência da revolta ocorrida a bordo, em 8 de abril de 1906.

Dotado de uma personalidade explosiva e rebelde, em 1905, foi alvo de castigos decorrentes de episódios de desordem, falta de respeito para com os companheiros e superiores, incumprimento de ordens e frequentes ataques de fúria. O temperamento adverso e hostil

parecia alinhar-se com o espírito insurrecional manifestado a bordo do cruzador. Tinha vinte e seis anos aquando da entrada na torre do forte de São Julião da Barra, a 25 de abril, alguns dias depois dos companheiros nesta investigação referidos. Posteriormente, a 5 de agosto, foi novamente chamado a julgamento pelo Conselho de Guerra da Marinha, tendo sido declarado culpado e sujeito a doze anos de pena de reclusão.[68]

A 27 de abril de 1906, Simões dos Santos foi interrogado acerca da insubordinação em causa. Segundo o relato respetivo, ceava quando ouviu gritos da guarnição, com referência à «escravidão» e «inquisição» a que, segundo diziam, estavam sujeitos a bordo. Chegado ao local, constatou a existência de um pequeno motim rapidamente transformado em insurreição geral. Questionado sobre quem teria ordenado o desembarque ao oficial de serviço, o tenente Marinho, declarou não saber ao certo, acrescentando apenas tratar-se de uma decisão da tripulação, por não existir uma liderança definida, mas sim um esforço coletivo. Por último, inquirido sobre as causas da revolta, deu conta das queixas quanto à severidade e aos abusos dos castigos impostos pelo comandante e pelos oficiais, concluindo o depoimento que nada tinha para acrescentar em sua defesa.[69]

### 3.2.3 Eduardo Ventura Alamilho

O marinheiro Eduardo Ventura Alamilho era conhecido entre os companheiros como “O espanhol”, uma alcunha alusiva à nacionalidade do pai, Ignacio Alamilho. Eduardo nasceu, cresceu e residiu em Lisboa. A 13 de junho de 1898, assentou praça, recebendo o número de matrícula 2922. Na véspera dos acontecimentos de 8 de abril de 1906, havia sido promovido a primeiro-marinheiro, pertencendo à 3.ª brigada.[70]

Desde o ingresso na Marinha, serviu no quartel, em diversos vapores e cruzadores, tendo estado em missão na Estação Naval de Angola, entre outubro de 1900 a junho de 1904, totalizando 1348 dias de serviço no espaço colonial. Passou a integrar a tripulação do cruzador *D. Carlos I* em setembro de 1904, onde permaneceu até receber ordem para regressar ao quartel dos marinheiros, no dia 10 de abril, dois dias após a revolta a bordo. A partir de 18 de abril de 1906, esteve detido no Forte de São Julião da Barra e, a 23 de abril, foi declarado culpado. Tinha vinte e seis anos quando, em 5 de agosto de 1906, foi julgado pelo Conselho de Guerra pelo crime de «revolta». Nesse dia, foi-lhe aplicada uma das penas mais severas do sistema militar: dezoito anos de reclusão.[71]

Durante o interrogatório, Ventura Alamilho afirmou não ter tido conhecimento prévio do motim; segundo

reportou, apercebeu-se do tumulto quando ouviu o barulho vindo da tripulação. Ao dirigir-se ao local, perguntou aos companheiros as motivações da revolta e esses replicaram com a exigência da substituição imediata do comandante. Segundo o testemunho, o tenente Teixeira Marinho, incapaz de conter os amotinados, ordenou-lhe o apaziguamento da tripulação e Alamilho recusou fazê-lo. Questionado sobre a causa da sublevação, afirmou desconhecer-la, mas acrescentou ter motivos de queixa pelos castigos aplicados; de resto, recentemente fora-lhe perdoada uma punição pelo próprio comandante. A última pergunta recaiu na autoria da rebelião, assunto no qual se declarou desconhecedor, acrescentando ainda elementos sobre a natureza do motim, a saber, coletiva, e não de um grupo restrito de marinheiros.[72]

Entre os cinco depoimentos analisados, este suscitava mais questões, pois, embora o réu tenha afirmado não ter conhecimento da insurreição nem estar descontente com a chefia do cruzador, recebeu uma pena particularmente pesada e foi identificado como um dos líderes da insubordinação. Tal discrepância poderá indicar ter faltado à verdade, sob juramento, durante o seu interrogatório, ou o tribunal ter considerado a desobediência direta a um superior e o historial subversivo como fatores agravantes da pena.

### 3.2.4 João Dias dos Santos

O cabo e segundo marinheiro João Dias dos Santos, natural do Funchal, na ilha da Madeira, iniciou atividade na Armada a 10 de dezembro de 1900. Ao serviço durante quase cinco anos e meio de serviço, nunca teve direito a licença. Estava matriculado com o número 4419 do Corpo de Marinheiros da Armada e, nos anos anteriores à insubordinação ocorrida a bordo do cruzador *D. Carlos I*, não recebeu castigos significativos.[73]

Serviu em diversas embarcações, entre as quais os cruzadores *Vasco da Gama* e o *D. Carlos I*, tendo estado destacado em Macau em 1904 e 1905. Regressou, em dezembro de 1905, ao maior cruzador da Armada, onde permaneceu até 10 de abril de 1906, data em que recolheu, por ordem superior, ao quartel de marinheiros em Alcântara. Dias depois, foi conduzido à prisão de São Julião da Barra, interrogado e declarado culpado em 23 de abril. A 5 de agosto de 1906, o Conselho de Guerra considerou-o responsável pelo crime de “revolta”. Com vinte e seis anos, recebeu uma pena de seis anos de presídio militar ou, em alternativa, de degredo, tendo o réu optado pela segunda punição.[74]

No depoimento, João Dias dos Santos afirmou ter-se recolhido, após ter jantado cedo. Perante o barulho oriundo do convés inferior, decidiu verificar as causas do

mesmo e foi informado pelos companheiros, de que o tenente e oficial de serviço, Teixeira Marinho, se retirara para terra. O réu nunca mencionou nomes específicos dos companheiros, referindo-se sempre ao coletivo. Questionado sobre quem comandava o motim, afirmou, à semelhança dos restantes culpados, não ter conhecimento, por fim, declarou que não tinha mais nada a dizer.[75]

### 3.2.5 Tancredo Jorge Barros e Vasconcellos

Por último, temos o réu mais jovem, Tancredo Jorge Barros e Vasconcellos, o aprendiz de serralheiro e primeiro artilheiro desde o início de 1906. Nascido em Lisboa, ingressou na Marinha, como voluntário, em 27 de março de 1901, ano em que completou dezasseis anos, tendo obtido o número de matrícula 4570. Durante os cinco anos de serviço, usufruiu três curtas licenças, nos anos de 1902, 1904 e 1906. Nesse período ficou sujeito a duas infrações, ambas ocorridas em 1903.[76]

Os anos de serviço foram caracterizados pela alternância entre o Quartel dos Marinheiros e o embarque em cruzadores e outras embarcações. Fez parte da guarnição do *D. Carlos I* entre 21 de julho de 1904 a 10 de abril de 1906, data em que recebeu a diretiz de regresso ao quartel, na sequência do motim ocorrido a bordo. Contava vinte e um anos quando foi enviado para a prisão de S. Julião da Barra, e, no princípio de agosto, foi declarado culpado do crime de “revolta”, recebendo uma pena de seis anos de presídio militar, com a alternativa de degredo pela mesma duração. À semelhança do companheiro, João Dias dos Santos, optou por cumprir os seis anos de degredo.[77]

A 27 de abril de 1906, o jovem marinheiro foi interrogado no Forte de São Julião da Barra. Segundo o depoimento, recolheu-se mais cedo, um facto do conhecimento do oficial de serviço, devido a uma forte dor de dentes. Acordou com as palavras de ordem proferidas pela guarnição e dirigiu-se ao local, onde se deparou com um número elevado de praças a obrigar o tenente Teixeira Marinho a desembarcar. Questionado sobre quem teria iniciado a insubordinação e ordenado o desembarque do tenente, respondeu, à semelhança dos camaradas, desconhecer, acreditando tratar-se de um esforço da guarnição enquanto grupo.[78]

Em conclusão, os depoimentos dos cinco réus apresentaram semelhanças notáveis, reveladoras da união e solidariedade entre a guarnição revoltada. Todos refutavam individualmente a responsabilidade, contudo evidenciavam um forte sentido de lealdade para com os companheiros, evitando nomear um responsável. Assim, elegiam a guarnição enquanto protagonista coletiva de uma revolta sintomática do profundo descontentamento

generalizado no seio da Marinha.

## Considerações Finais

---

A Revolta dos Cruzadores, mesmo escassamente conhecida, desempenhou um papel indireto, mas crucial na implantação da República, dadas as repercussões notavelmente prejudiciais para o governo vigente e para a Casa Real. Este acontecimento teve consequências para o executivo já fragilizado, num período de crise política, social e económica a nível nacional, inserido num panorama internacional de agitação insurrecional. A pobreza assolava parte significativa da população, um fator aproveitado pelo Partido Republicano para propagandear o republicanismo.

As motivações determinantes da insubordinação persistem não totalmente evidentes; contudo, conforme os testemunhos, as causas extravasavam o

descontentamento relacionado com a severidade da disciplina imposta a bordo. Existem indícios de que o episódio possa também estar associado às precárias condições de higiene e saneamento do navio.

Por fim, a importância da insubordinação ocorrida nos cruzadores *D. Carlos I* e *Vasco da Gama* manifesta-se através de uma ampla cobertura mediática, tanto em revistas ilustradas como nos jornais diários. À época, sentiu-se uma evidente necessidade de acompanhar de perto o desenrolar do incidente. Os periódicos monárquicos revelaram um claro receio quanto às possíveis consequências deste acontecimento e aos seus eventuais impactos políticos.



---

\* Este texto faz parte da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes.

\*\* Mestranda em História na especialidade de História Contemporânea, na Faculdade de Letras da ULisboa, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes. Email: [catarinasilva6@edu.ulisboa.pt](mailto:catarinasilva6@edu.ulisboa.pt) ORCID: 0009-0005-8913-7402

---

[1] Rocha Martins, *João Franco e o seu tempo*, Lisboa: F.J.R. Martins, 1925, pp. 35-39.

[2] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta do cruzador D. Carlos I (1906): uma marinha republicana?”, in *Política, diplomática, militar e social do reinado de D. Carlos no centenário da sua morte: actas*, XVIII Colóquio de História Militar, Lisboa, 3-6 de novembro de 2008, pp. 173-188.

[3] Luiz Enrique Vieira Souza, *A recepção alemã à Revolução Russa de 1905*, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012, p. 47.

[4] Stanley G. Payne, *Civil War in Europe, 1905-1949*, University of Wisconsin: Cambridge University Press, 2012, p. 17.

[5] António Louçã, “1905: ensaio geral para um século de revoluções”, *Revista Combate*, edição de outono, 2005. Em linha: <https://combate.info/1905-ensaio-geral-para-um-seculo-de-revolucoes/>. Consultado em 6 de outubro de 2025.

[6] O “Mapa Cor-de-rosa” consistiu num projeto português cujo objetivo era a aquisição do território situado entre as colónias de Angola e Moçambique. No entanto, a contestação por parte do Reino Unido, levou Portugal, em 1899, a desistir do projeto, de modo a evitar conflitos diplomáticos com o seu mais antigo aliado. Todavia, esta desistência moldou a perceção do recém aclamado D. Carlos I, que aos olhos do povo do português passou a ser considerado um monarca fraco. Este evento pode ser interpretado como início do declínio da monarquia constitucional. **[Museu Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Conferência de Berlim”, Portal Diplomático, em linha: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-de-berlim> consultado em 20 de**

## setembro de 2025.]

[7] A Conferência de Berlim realizou-se entre 1884 e 1885, contando com a presença de catorze países. Esta conferência, convocada pela Alemanha, surgiu num contexto marcado pelo crescente interesse dos países europeias pelo continente africano. O seu principal objetivo era a divisão de África entre estas potências internacionais, estabelecendo fronteiras com o intuito de evitar conflitos. [Museu Diplomático..., consultado em 20 de setembro de 2025.]

[8] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, pp. 174-175.

[9] Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo Graça, “Os últimos dias da monarquia em Portugal”, *Revista de História*, vol. 13, 1995, pp. 179-194.

[10] Stanley G. Payne, *Civil ...*, pp. 8-9.

[11] Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo Graça, “Os últimos ...”, p. 182.

[12] O maior e um dos mais importantes cruzadores da história da Marinha Portuguesa chegou a Lisboa em meados de 1899. Proveniente do estaleiro britânico de Elswick, pertencente à firma *Armstrong de Newcastle-on-Tyne*, era considerado tecnologicamente desenvolvido no início do século XX. À sua chegada à capital portuguesa foi batizado com o nome do recém aclamado D. Carlos I, todavia, após a instauração da Primeira República Portuguesa em 1910 o navio foi rebatizado, passando a designar-se cruzador *Almirante Reis*. [“O Cruzador «D. Carlos I» e «Almirante Reis» – A propósito do seu Centenário”, *Revista da Armada*, 1999. Em linha:

[https://www.marinha.pt/conteudos\\_externos/Revista\\_Armada/1999/#p=1](https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/1999/#p=1). Consultado em 25 de setembro de 2025.]

[13] Joshua Benoliel e Rocha Martins, “Capítulo VI: A revolta do cruzador «D. Carlos»”, *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa*, fasc. 6, 1903-1918, p. 161.

[14] José Rodrigues da Cruz, “Grave insubordinação”, *Jornal de Notícias*, ano 19, n.º [desconhecido], 10 de abril de 1906, p. 2.

[15] Arquivo Histórico da Marinha, *Registo do Serviço Diário Fundeado, do cruzador «D. Carlos I» de 1905-1906*, livro 8, fl. 177.

[16] José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares: Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 29.

[17] José Medeiros Ferreira, *O comportamento...*, p. 29.

[18] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, pp. 173-175.

[19] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, pp. 173-175.

[20] José Rodrigues da Cruz, “Grave ...”, p. 2.

[21] Joshua Benoliel e Rocha Martins, “Capítulo VI ...”, p. 161.

[22] Carlos Malheiro Dias, “Insubordinação a bordo do cruzador «D. Carlos»”, *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, n.º 8, 16 de abril de 1906, pp. 225 e 226.

[23] Carlos Malheiro Dias, “Insubordinação...”, pp. 225 e 226.

[24] José Rodrigues da Cruz, “Grave ...”, p. 2.

[25] José Rodrigues da Cruz, “Grave insubordinação”, *Jornal de Notícias*, ano 19, n.º [desconhecido], 12 de abril de 1906, p. 2.

[26] Joshua Benoliel e Rocha Martins, “Capítulo VI ...”, p. 161.

[27] O cruzador *Vasco da Gama*, tal como o *D. Carlos*, foi construído num estaleiro inglês e fez a sua estreia no rio Tejo, em Lisboa, no ano de 1875. O evento mais marcante da sua história ocorreu na madrugada do dia 14 de abril de 1906, quando se desencadeou a insubordinação a bordo. [“Navios da República: O Cruzador «Vasco da Gama»”, *Revista da Armada*, 2010, p. 35.]

[28] “Navios ...”, p. 35.

[29] Lima, Magalhães, “O caso do «Vasco da Gama»”, *Vanguarda: Diário republicano independente*, ano 11, v. 3, n.º 386, 1906, p. 2.

[30] Lisboa, Arquivo Histórico da Marinha (AHM), *Vasco da Gama 1906-1918: correspondência confidencial*, n.º 1, fl. 2.

[31] Lisboa, AHM, *Processo da Revolta do cruzador «Vasco da Gama»*, Processo n.º 475 do Conselho de Guerra da Marinha, 1906, p. 21.

[32] Carqueja, B., “A insubordinação”, *O Commercio do Porto*, n.º 92, 19 de abril de 1906, pp. 1-2.

[33] Joshua Benoliel e Rocha Martins, “Capítulo VI ...”, p. 162.

[34] Carmen Cavaco, “Analfabetismo em Portugal – os dados estatísticos, as políticas públicas e os analfabetos”, *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, n.º 2, Lisboa, 2018, p. 22.

[35] Rosângela de Jesus Silva, “Caricatura e imprensa ilustrada: registros em imagens”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011, p. 4. Em linha:

[https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300655718\\_ARQUIVO\\_textoanpuhCaricaturaeimprensailustrada1503.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300655718_ARQUIVO_textoanpuhCaricaturaeimprensailustrada1503.pdf), consultado em 28 de setembro de 2025.

- [36] Agostinho de Campos, “À última hora: uma insubordinação”, *Diário Ilustrado*, v. 11, nº 886, 1906, p. 1.
- [37] Agostinho de Campos, “Insubordinação da Armada”, *Diário Ilustrado*, v. 11, nº 887, 15 de abril de 1906, p. 1.
- [38] Agostinho de Campos, “Insubordinação...”, p. 1.
- [39] Agostinho de Campos, “Echos”, *Diário Ilustrado*, v. 11, nº 888, 17 de abril de 1906, p. 1.
- [40] Diogo Macedo Motta, “Insubordinações na armada”, *A Voz Publica*, nº 948, 17 de abril de 1906, p. 1.
- [41] Apesar de o seu período de governo ser frequentemente denominado de ditadura, João Franco não pode ser equiparado aos ditadores que surgiram na Europa durante a década de 1930. Era considerado ditador devido à concentração de poderes nas suas mãos, tendo como objetivo resgatar a monarquia da situação precária em que se encontrava.
- [42] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 185.
- [43] Museu de Lisboa, “O regicídio de 1908 na Rua do Arsenal foi há 113 anos”, *Palácio da Pimenta*, 1 de fevereiro de 2021. Em linha:  
<https://www.museudelisboa.pt/pt/acontece/noticias/o-regicidio-de-1908-na-rua-do-arsenal-foi-ha-113-anos>.  
Consultado em 2 de outubro de 2025.
- [44] Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo Graça, “Os últimos ...”, 183-185.
- [45] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 184.
- [46] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 184.
- [47] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 184.
- [48] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 182.
- [49] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 182.
- [50] As Carbonárias eram organizações secretas de inspiração revolucionária, que no caso da Carbonária Portuguesa, tinha como objetivo central derrubar o sistema político em vigência, isto é, a monarquia constitucional.
- [51] Rocha Martins, *João ...*, p. 38.
- [52] António Maria Machado dos Santos foi um oficial da Marinha e, posteriormente, uma figura política de grande relevância após a instauração da República Portuguesa. Pertenceu à Carbonária Portuguesa, e iniciou-se na maçonaria em 1909. Antes da vitória republicana de 5 de outubro de 1910, Machado dos Santos já havia participado de diversos movimentos de oposição ao regime monárquico, entre os quais se destaca a tentativa de Golpe de Estado de 28 de janeiro de 1908. [“Sinopse Final Livro”, *Parlamento de Portugal – Documentos XII Legislatura*, novembro de 2013. Em linha: [https://www.parlamento.pt/Documents/XIIIEG/Novembro\\_2013/SinopseFinalLivro.pdf](https://www.parlamento.pt/Documents/XIIIEG/Novembro_2013/SinopseFinalLivro.pdf). Consultado em 9 de outubro de 2025]
- [53] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 185.
- [54] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 185.
- [55] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 185.
- [56] Augusto Castilho, Jayme Victor e Lorjó Tavares, “A insubordinação do «D. Carlos»”, *Brasil-Portugal: Revista quinzenal ilustrada*, ano 8, nº 183, 1 de setembro de 1906. p. 234.
- [57] Lisboa, AHM, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, Processo n.º 472 do Conselho de Guerra da Marinha, 7 de setembro de 1906.
- [58] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, pp. 183-184.
- [59] Lisboa, AHM, Documentação avulsa, Correspondência expedida, cx. 603, 1905-1907, Carta endereçada ao Comandante da Divisão Naval de Reserva, 15 de abril de 1906.
- [60] Lisboa, AHM, Documentação avulsa, Relatório, cx. 603, 1905-1907, Relatório da Secretaria da Inspeção do Arsenal da Marinha, 6 de abril de 1906.
- [61] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. n.º 472, fl. 140.
- [62] Lisboa, **AHM**, Livros de matrículas, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [63] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 3665, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [64] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 3665, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [65] Um praça responsável pela condução de uma embarcação de pequenas dimensões, designada como escalor, utilizada nas manobras de embarque e desembarque do navio.
- [66] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. n.º 472, fls. 66-67.
- [67] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 7196, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [68] Lisboa, **AHM**, Liv. de matrícula n.º 7196.
- [69] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. n.º 472, fls. 76-78.
- [70] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 2922, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [71] Lisboa, **AHM**, Liv. de matrícula n.º 2922.
- [72] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. 472, fls. 70-75.

- [73] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 4419, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [74] Lisboa, **AHM**, Liv. de matrícula n.º 4419.
- [75] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. 472, fls. 67-68.
- [76] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 4570, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [77] Lisboa, **AHM**, Liv. de matrícula n.º 4570.
- [78] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. 472, fls. 63-64.